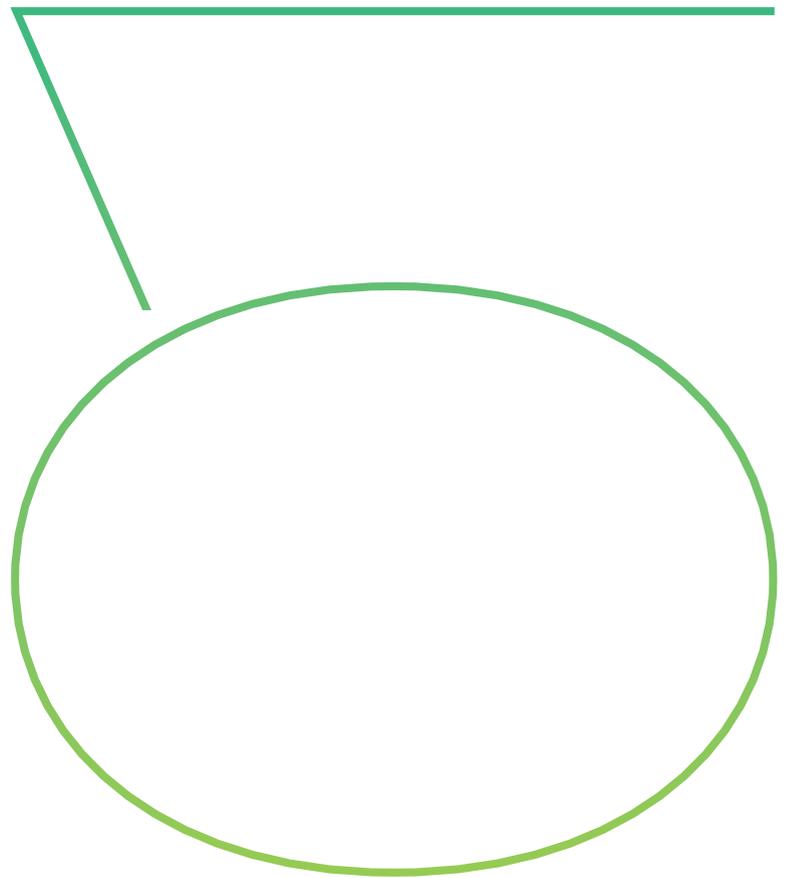
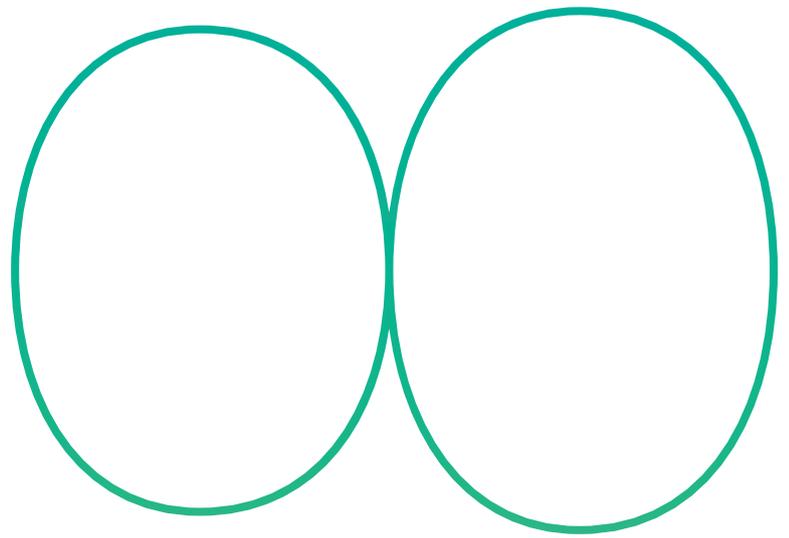


RELATÓRIO DE GESTÃO



ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 42

Agência 43

Mensagem da diretoria e do conselho

Fortalecendo crédito e serviços



O complexo econômico que envolve a cadeia de produção da COMIGO (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano) representa um sistema produtivo integrado que tem o cooperativismo como base de formação e expansão.

O ano de 2018, fatídico prolongamento da crise recessiva iniciada em 2014, manteve resultados pífios de uma economia desconectada e estagnada.

O Sicoob Credi Comigo, adaptado para o cenário previsto para o ano passado, focou para recuperar na oferta de produtos e serviços a possível – e confirmada neste relatório – retração e arrefecimento da receita dos empréstimos e dos efeitos da redução dos juros básicos da economia, que alcançou o piso histórico em 2018.

A cooperativa, que registra maior parte dos ganhos em rendas por empréstimos e centralização financeira, mantém a estratégia de buscar fortalecer o segmento produtos e serviços para cobrir parte das despesas operacionais.

Na trajetória do ano, registra-se também a expansão e adequação do espaço físico do Sicoob Credi Comigo no Complexo Industrial e sede administrativa da COMIGO,

onde concentra maior parte da sua carteira. No resultado do ano, considerando que no setor do agronegócio o impacto da crise foi mínimo, e que a atividade da cooperativa está ligada diretamente ao emprego, não se registrou desaceleração no período. O menor rendimento dos empréstimos reduziu a receita da cooperativa, retirando liquidez de aplicações e buscando novas opções de ganho para o capital – o que foi uma tônica do segmento no país.

As características deste ano, e os números do relatório a seguir revelam essa percepção, reforçam a necessidade de manter ativa a capacidade do sistema cooperativista de dialogar entre gestores, colaboradores e cooperados. O Sicoob Credi Comigo atravessa a crise preservada, investindo e melhorando processos não apenas pela transparência, foco e planejamento estratégico, mas também pelo engajamento e empenho dos envolvidos neste ecossistema de negócio coletivo. Reforçamos o agradecimento a todos os envolvidos, o que apenas aumenta a responsabilidade de manter um projeto coerente com a história, resultados e trajetória do Sicoob Credi Comigo.

Muito obrigado a todos.

Prever para se adaptar ao que virá é o segredo das grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investindo em

papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



Estrutura Sistêmica

Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

Cooperativa Central

Cooperativa Singular

Cooperados

Missão

"Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades".

Visão

"Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados".

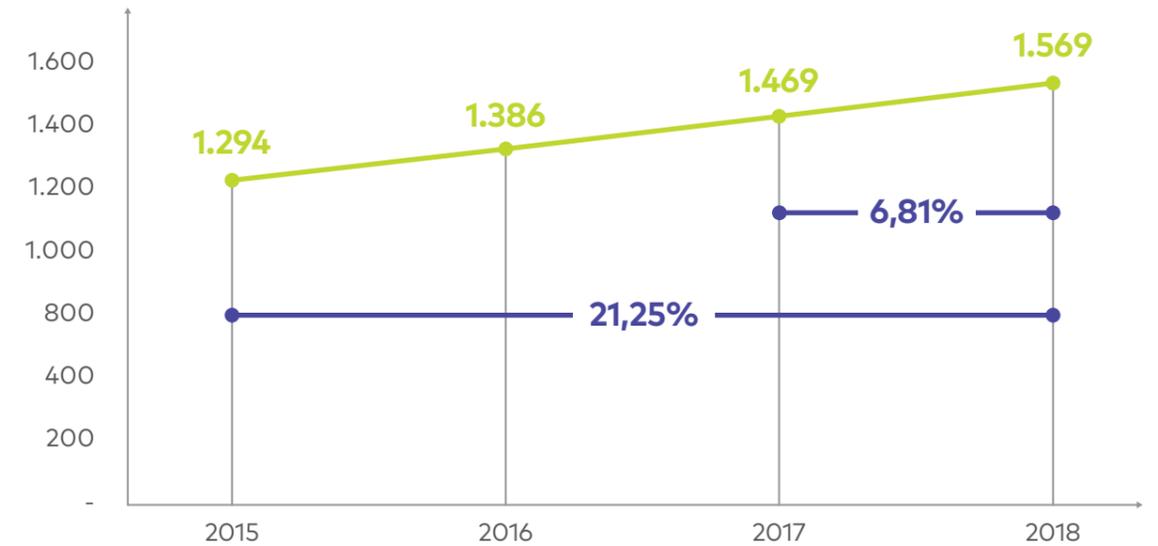
Valores

Transparência
Comprometimento
Respeito
Ética
Solidariedade
Responsabilidade

Desenvolvimento em todos os números.

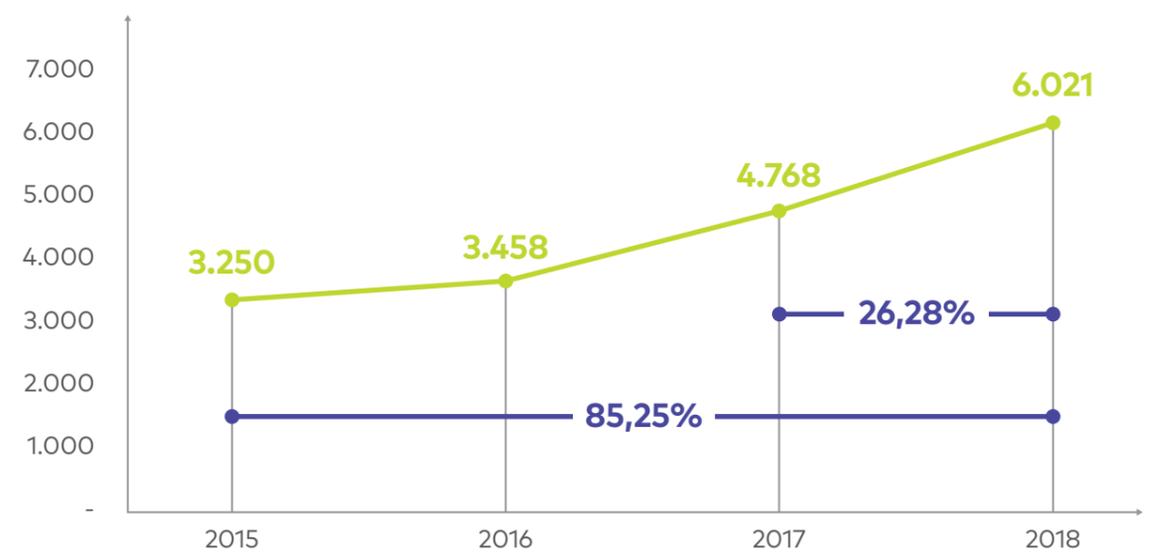


Cooperados



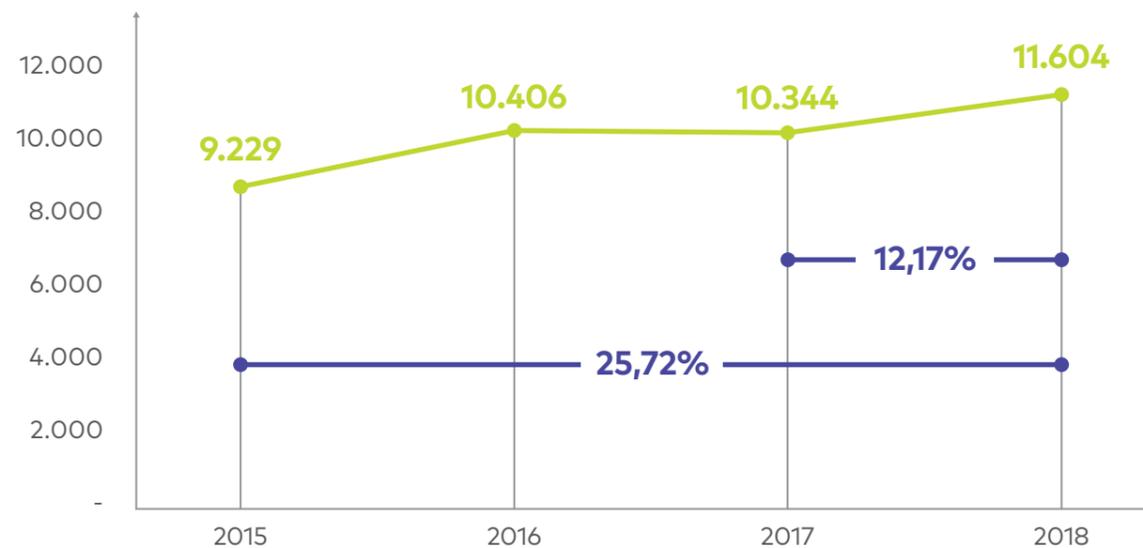
Depósitos Totais

em R\$ mil



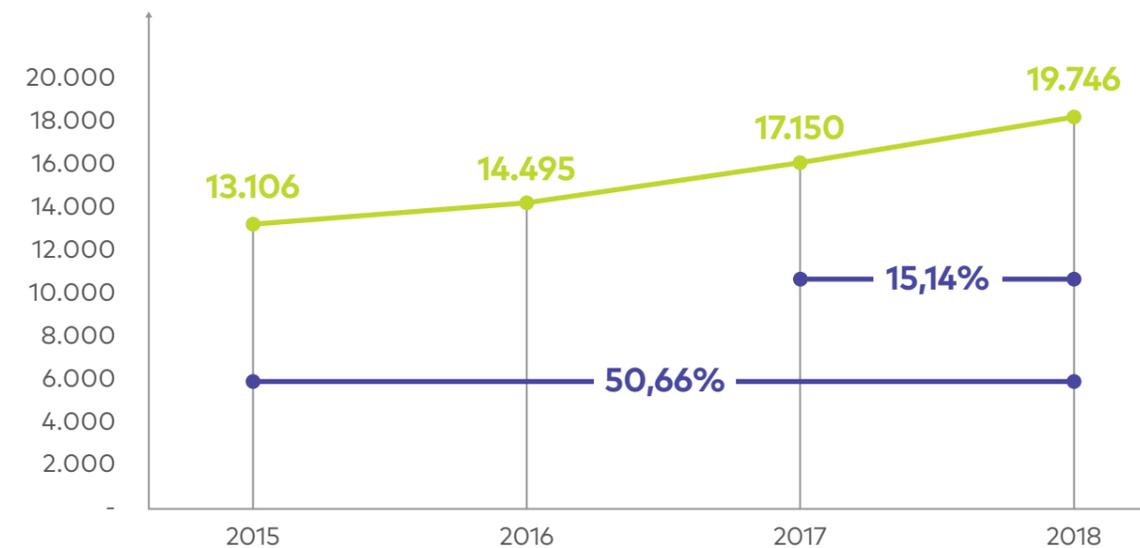
Carteira de Crédito

em R\$ mil



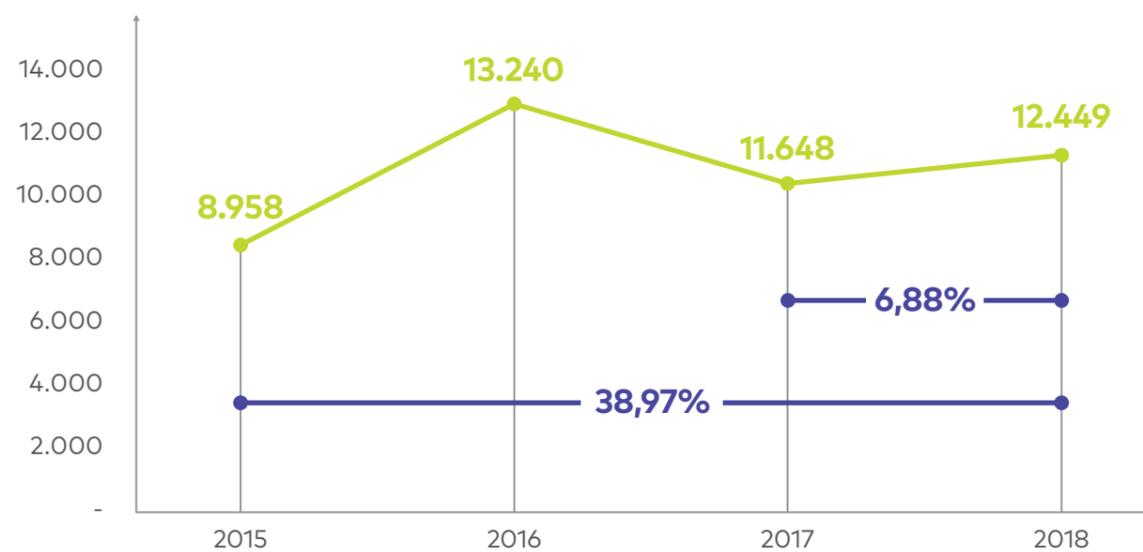
Ativo Total

em R\$ mil



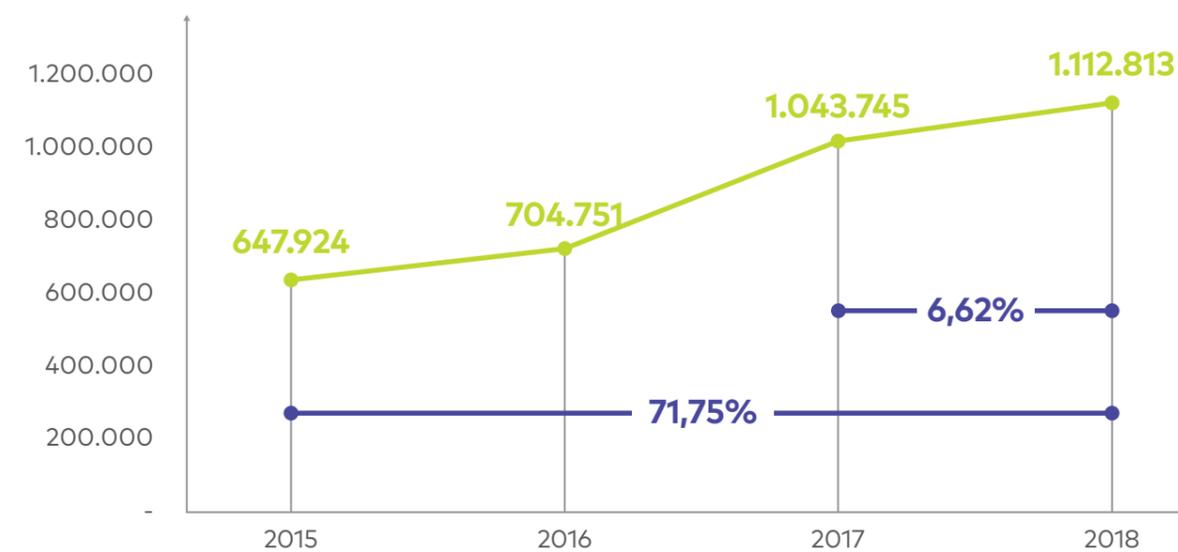
Patrimônio Líquido

em R\$ mil



Sobras do Exercício

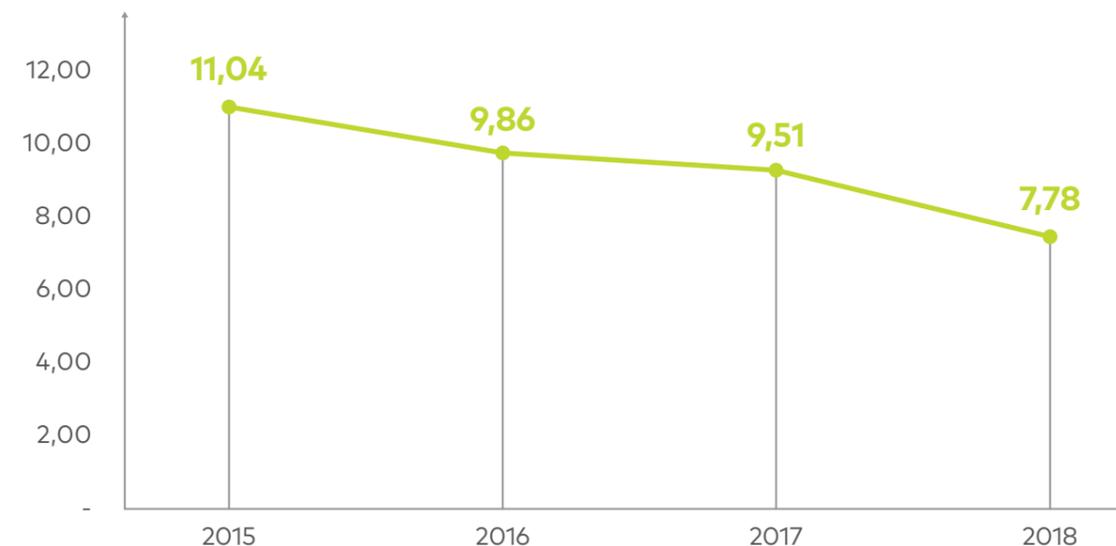
em R\$



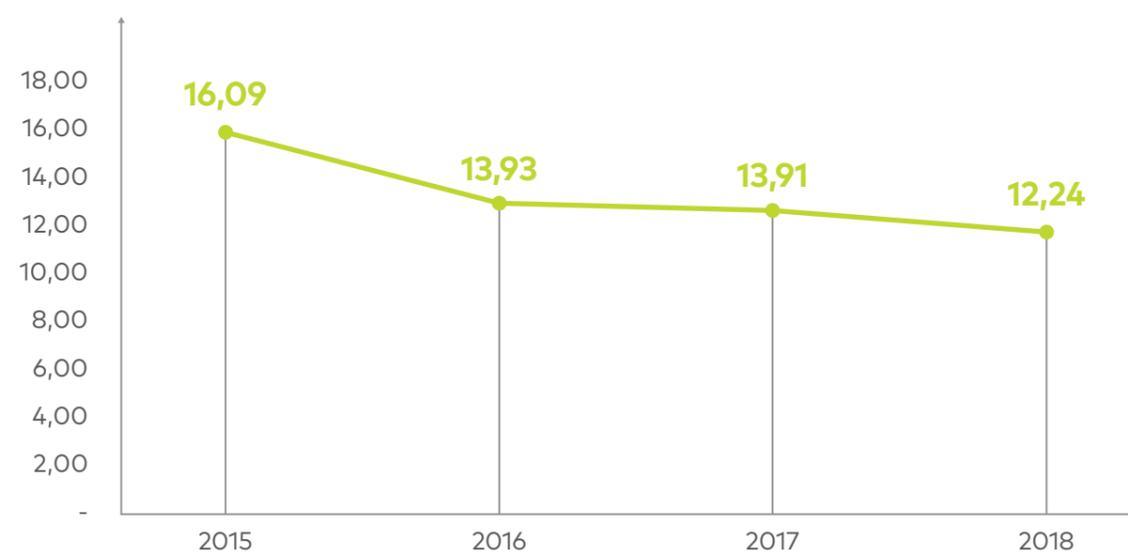
Índice de Eficiência Padrão



Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



Rentabilidade sobre PLA - ROE



Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB CREDI COMIGO	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	5,00%	R\$ 326.203	R\$ 326.203
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,38%	R\$ 471.436	R\$ 797.640
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,62%	R\$ 111	R\$ 797.750
TARIFAS PF ¹	R\$ 53,12	R\$ 6,96	R\$ 866.362	R\$ 1.664.112
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	6,00%	R\$ 57.182	R\$ 1.721.295
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	6,00%	R\$ 53.527	R\$ 1.774.822
CONSÓRCIO ² IMÓVEIS	18,96%	8,95%	R\$ 518	R\$ 1.775.339
CONSÓRCIO ² VEÍCULOS	13,14%	8,10%	R\$ 335	R\$ 1.775.674
CONSÓRCIO ² MOTOS	14,62%	10,78%	R\$ 21	R\$ 1.775.695
CONSÓRCIO ² SERVIÇOS	14,40%	10,00%	R\$ 75	R\$ 1.775.770
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	7,00%	R\$ 0	R\$ 1.775.770
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	N/D	R\$ 0	R\$ 1.775.770
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,45%	-R\$ 27.923	R\$ 1.747.847
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 1.747.847
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 1.747.847
TARIFAS PJ ³	R\$ 109,25	R\$ 7,04	R\$ 6.133	R\$ 1.753.979
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 1.112.813	R\$ 1.112.813	R\$ 2.866.793
COOPERADOS SICOOB CREDI COMIGO				1.569
RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO				R\$ 1.827

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

¹Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

²Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

³Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.

Governança corporativa

Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade,

perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] desde a Assembleia Geral Extraordinária de 20/08/1984;
- pela AG de 27/09/2018, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regula-

mentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;
 - como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;
 - ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;
 - ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:
 - Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;
 - Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.
 - na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.
- Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e

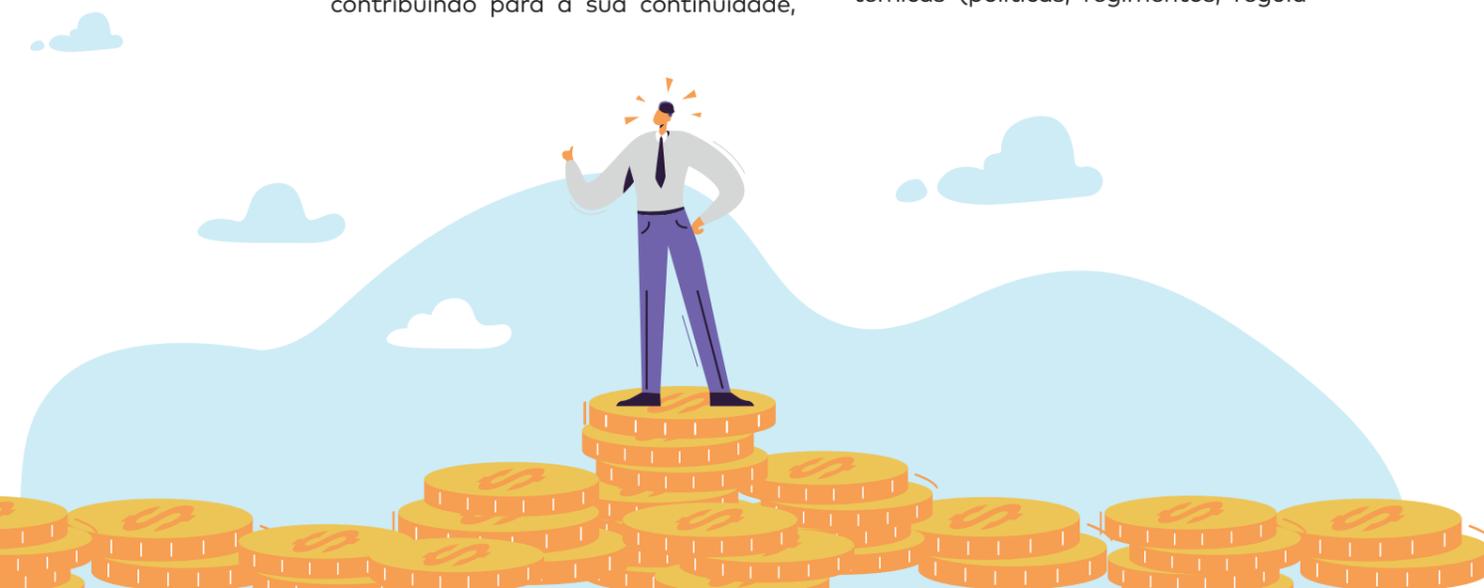
cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente. A DIREX, composta de 3 membros – Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo Financeiro, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins. A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG



Demonstrações financeiras e contábeis

Balanço Patrimonial

Exercícios encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017 (em reais)

ATIVO	2.018	2.017	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	2.018	2.017
ATIVO CIRCULANTE	12.188.315	10.557.711	PASSIVO CIRCULANTE	7.296.941	5.502.367
DISPONIBILIDADES	312.805	62.300	DEPÓSITOS (Nota 10)	6.021.053	4.768.051
RELAÇÕES INTERFINANCEIRA (Nota 04)	5.990.573	5.224.582	A VISTA	3.268.215	2.209.736
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	5.990.573	5.224.582	A PRAZO	2.752.838	2.558.315
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 05)	4.747.530	5.265.638	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 11)	1.275.888	734.316
EMPRÉSTIMOS	4.759.761	5.320.417	COBRANÇA E ARREC. DE TRIBUTOS	11.179	12.917
FINANCIAMENTOS	53.380	-	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS (Nota 11.1)	848.660	515.618
(-) PROVISÃO PARA CLD	(65.611)	(54.780)	FISCAIS E PREVIDENCIARIAS (Nota 11.2)	47.087	52.593
			DIVERSAS (Nota 11.3)	368.962	153.188
OUTROS CRÉDITOS (Nota 06)	1.130.891	4.847			
AVAIS E FIANÇAS	5.029	-			
RENDAS A RECEBER	37.529	4.097			
DIVERSOS	1.089.842	750			
(-) PROV. PARA OUTROS CRÉDITOS	(1.509)	-			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 07)	6.516	344			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.558.363	6.592.863	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	12.449.737	11.648.206
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 05)	6.856.689	5.079.301	CAPITAL	9.576.152	9.081.568
EMPRÉSTIMOS	6.806.892	5.132.143	DE DOMICILIADOS NO PAÍS	9.581.337	9.084.988
FINANCIAMENTOS	130.636	-	(-) CAPITAL A REALIZAR	(5.185)	(3.420)
(-) PROVISÃO PARA CLD	(80.839)	(52.843)			
INVESTIMENTOS (Nota 08)	284.720	1.358.884	RESERVAS DE SOBRAS	2.697.958	2.348.208
IMOBILIZADO (Nota 09)	411.128	152.323	RESERVA LEGAL	1.995.450	1.692.919
INTANGÍVEL (Nota 09)	5.826	2.355	RESERVA DE SOBRAS	702.508	655.290
TOTAL DO ATIVO	19.746.678	17.150.573	SOBRAS / PERDAS ACUMULADAS (Nota 14)	175.627	218.430
			PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	19.746.678	17.150.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio Verde - GO, 31 de Dezembro de 2018.

Clovis Ribeiro Dias
CPF: 430.357.871-15
Diretor Presidente

Israel Santos de Freitas
CPF: 850.755.071-15
Diretor Operacional

Gildo de Moraes Queiroz
CPF: 493.609.491-91
Diretor Administrativo Financeiro

Jose Batista Ferreira
CPF: 071.390.631-68
Contador CRC-GO 5402

Demonstração das sobras

Exercícios encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017 (em reais)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre 2.018	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.592.503	3.085.876	2.780.136
Operações de Crédito (Nota 15)	1.592.503	3.085.876	2.780.136
DESPESAS COM INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(123.426)	(212.230)	(124.518)
Provisão de Liquidação Duvidosa	(36.349)	(43.367)	95.142
Despesa de Captação (Nota 10c)	(83.084)	(161.088)	(213.353)
Despesa de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (Nota 10c)	(3.993)	(7.775)	(6.307)
SOBRAS BRUTAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.469.077	2.873.646	2.655.618
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(685.300)	(1.330.392)	(1.022.658)
Receitas de Prestação de Serviços	133.453	256.662	236.890
Rendas de Prestação de Serviços c/ atos não cooperativos	81.450	153.907	146.792
Rendas de Tarifas Bancárias	52.003	102.756	90.098
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(485.066)	(940.042)	(759.406)
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	288.708	550.688	692.131
Despesas Administrativas (Nota 18)	(534.781)	(1.055.823)	(1.069.688)
Despesas Tributárias	(6.753)	(14.792)	(14.791)
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(80.861)	(127.085)	(107.794)
RESULTADO OPERACIONAL	783.777	1.543.254	1.632.960
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-	(239)	(773)
Outras despesas não operacionais / Perdas de Capital	-	(239)	(773)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ AS SOBRAS E PARTICIPAÇÕES	783.777	1.543.015	1.632.187
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.260)	(6.487)	(1.252)
(-)IMPOSTO DE RENDA	(1.762)	(3.506)	(587)
(-)CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.498)	(2.980)	(665)
SOBRAS/PERDAS ANTES DOS JUROS SOBRE CAPITAL	780.517	1.536.528	1.630.935
DESPESA DE JUROS AO CAPITAL	(423.715)	(423.715)	(587.190)
SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	356.802	1.112.813	1.043.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Clovis Ribeiro Dias
CPF: 430.357.871-15
Diretor Presidente

Israel Santos de Freitas
CPF: 850.755.071-15
Diretor Operacional

Gildo de Moraes Queiroz
CPF: 493.609.491-91
Diretor Administrativo Financeiro

Jose Batista Ferreira
CPF: 071.390.631-68
Contador CRC-GO 5402

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017 (em reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	DE CAPITAL		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO 12/2.016	8.190.825	1.451.464	480.506	160.169	10.282.963
AUMENTOS DE CAPITAL:					
Por Incorporação de Sobras	640.674	-	(480.506)	(160.169)	-
Por Integralizações	296.165	-	-	-	296.165
OUTROS EVENTOS:					
Outros - Devolução de Cotas	(526.153)	-	-	-	(526.153)
Remuneração de juros ao capital	587.190	-	-	-	587.190
IRRF sobre Remuneração de Capital	(28.031)	-	-	-	(28.031)
Capital a Realizar	(1.470)	-	-	-	(1.470)
Deságio com Antecipação de Capital	(77.632)	77.632	-	-	-
SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO					
Absorção de Despesas Treinamento	-	-	-	113.344	113.344
Destinação resultado com terceiros ao Fates	-	-	-	(64.940)	(64.940)
DESTINAÇÕES:					
Fundo para Aumento de Capital - 60%	-	-	655.290	(655.290)	-
Fates - 5%	-	-	-	(54.607)	(54.607)
Reserva Legal - 15%	-	163.822	-	(163.822)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 12/2.017	9.081.568	1.692.919	655.290	218.430	11.648.206
MUTAÇÕES NO PERÍODO	890.743	241.455	174.784	58.261	1.365.243

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		LEGAL	DE CAPITAL		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO 12/2017	9.081.568	1.692.919	655.290	218.430	11.648.206
AUMENTOS DE CAPITAL:					
Por Incorporação de Sobras	873.720	-	(655.290)	(218.430)	-
Por Integralizações	333.979	-	-	-	333.979
OUTROS EVENTOS:					
Outros - Devolução de Cotas	(1.054.669)	-	-	-	(1.054.669)
Remuneração de juros ao capital	423.715	-	-	-	423.715
IRRF sobre Remuneração de Capital	(12.031)	-	-	-	(12.031)
Capital a Realizar	(1.766)	-	-	-	(1.766)
Deságio com Antecipação de Capital	(68.362)	68.362	-	-	-
SOBRAS (PERDAS) DO PERÍODO					
Absorção de Despesas Treinamento pelo Fates	-	-	-	1.112.813	1.112.813
Destinação resultado com terceiros ao Fates	-	-	-	164.359	164.359
DESTINAÇÕES:					
Fundo para Aumento de Capital - 60%	-	-	702.508	(702.508)	0
Fates - 5%	-	-	-	(58.542)	(58.542)
Reserva Legal - 15%	-	234.169	-	(234.169)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO 12/2018	9.576.152	1.995.450	702.508	175.627	12.449.737
MUTAÇÕES NO PERÍODO	494.584	302.532	47.219	(42.803)	801.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio Verde - GO, 31 de Dezembro de 2018.

Clovis Ribeiro Dias
CPF: 430.357.871-15
Diretor Presidente

Israel Santos de Freitas
CPF: 850.755.071-15
Diretor Operacional

Gildo de Moraes Queiroz
CPF: 493.609.491-91
Diretor Administrativo Financeiro

Jose Batista Ferreira
CPF: 071.390.631-68
Contador CRC-GO 5402

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios encerrados em 31/12/2018 e 31/12/2017 (em reais)

FLUXOS DE CAIXA	2.018	2.017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas do exercício	1.112.813	1.043.745
Ajustes sobras/perdas líquidas (não afetaram o caixa)	33.892	18.272
Despesas de depreciação e amortização	33.653	17.499
(Despesas de amortização)	59	1.356
(Despesas de Depreciação)	33.594	16.143
Perda por Baixa em Imobilizado	239	773
Variações Patr.: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(596.927)	1.352.522
Aumento de Operações de Crédito	(1.259.282)	61.995
Aumento de Outros Créditos	(1.126.045)	799
Aumento de Outros Valores e Bens	(6.171)	(344)
Diminuição de Depósitos a Vista e a Prazo	1.252.998	1.309.309
Diminuição de Outras Obrigações	541.573	(19.238)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	549.779	2.414.538
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Investimentos	1.074.165	(152.767)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(292.638)	(124.492)
Aquisição de Intangível	(3.530)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	777.997	(277.259)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Variações Patrimoniais:	(311.280)	321.498
Varição de Capital	(310.772)	327.701
Destinação/Reversão do Fates	(508)	(6.203)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(311.280)	321.498
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	1.016.496	2.458.777
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5.286.882	2.828.105
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 3.c)	6.303.378	5.286.882
AUMENTO E/OU REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	1.016.496	2.458.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rio Verde - GO, 31 de Dezembro de 2018.

Clovis Ribeiro Dias
CPF: 430.357.871-15
Diretor Presidente

Israel Santos de Freitas
CPF: 850.755.071-15
Diretor Operacional

Gildo de Moraes Queiroz
CPF: 493.609.491-91
Diretor Administrativo Financeiro

Jose Batista Ferreira
CPF: 071.390.631-68
Contador CRC-GO 5402

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31.12.2018 E 31.12.2017 – (EM R\$)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA COMIGO - SICOOB CREDI COMIGO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em novembro/1984, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDI COMIGO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 15/02/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para

créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, padrão monetário vigente, desprezadas as frações de centavos.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime Contábil

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e depósitos bancários	312.805	62.300
Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira	5.990.573	5.224.582
TOTAL	6.303.378	5.286.882

d) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para Perdas em Operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB UNI e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Depósitos

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

NOTA 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em dezembro de 2018 e 2017, as aplicações Interfinanceiras estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Centralização Financeira – Cooperativas	5.990.573	5.224.582
TOTAL	5.990.573	5.224.582

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI, conforme determinado no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Resumo

Modalidade	31.12.2018			31.12.2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	700	-	700	2.854
Empréstimos	4.759.061	6.806.892	11.565.953	10.449.706
Financiamentos	53.380	130.636	184.016	-
(-) Provisões para Operação de Crédito	(65.611)	(80.839)	(146.450)	(107.170)
TOTAL	4.747.530	6.856.689	11.604.219	10.345.390

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimos / TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Financiamentos	31.12.2018		31.12.2017	
				Total em	Provisões	Total em	Provisões
AA - Normal	8.232	-	-	8.232	-	-	-
A 0,5% Normal	7.019.811	17.245	163.444	7.200.500	(36.003)	6.771.993	(34.112)
B 1% Normal	2.888.020	49.830	-	2.937.850	(29.378)	2.587.692	(25.977)
B 1% Vencidas	18.473	-	-	18.473	(184)	1.377	(13)
C 3% Normal	1.096.062	45.805	20.572	1.162.439	(34.874)	881.859	(26.556)
C 3% Vencidas	28.959	-	-	28.959	(869)	-	-
D 10% Normal	360.973	22.623	-	383.596	(38.361)	209.639	(20.964)
E 30% Normal	-	4.532	-	4.532	(1.359)	-	-
F 50% Normal	-	1.332	-	1.332	(666)	-	-
H 100% Vencidas	4.756	-	-	4.756	(4.756)	-	-
Total Normal	11.373.098	141.367	184.016	11.698.481	(140.641)	10.451.183	(107.609)
Total Vencidos	52.188	-	-	52.188	(5.809)	1.377	(13)
Total Geral	11.425.286	141.367	184.016	11.750.669	(146.450)	10.452.560	(107.622)
Provisões	(138.768)	(6.247)	(1.435)	(146.450)		(107.622)	
Total Líquido	11.286.518	135.120	182.581	11.604.219		10.344.938	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

DESCRIÇÃO	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.575.589	3.042.805	6.806.892	11.425.286
Financiamentos	14.108	39.272	130.636	184.016
Conta Corrente	21.277	120.090	-	141.367
TOTAL	1.610.974	3.202.167	6.937.528	11.750.669

d) Composição da Carteira de Crédito por tipo de Produto, Cliente e Setor de Atividade

Descrição	Conta Corrente	Empréstimos / Financiamentos	31.12.2018	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	-	9.481	9.481	0%
Pessoa Física	141.367	11.599.821	11.741.188	100%
TOTAL	141.367	11.609.302	11.750.669	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	(107.622)	(231.599)
Constituições	(51.349)	(285.653)
Reversões	12.521	380.677
Transferência para prejuízo	-	28.953
TOTAL	(146.450)	(107.622)

f) Concentração dos Principais Devedores

DESCRIÇÃO	31.12.2018	%Carteira Total	31.12.2017	% Carteira Total
Maior Devedor	486.818	4,00%	888.904	9,00%
10 Maiores Devedores	1.705.218	15,00%	1.958.590	19,00%
50 Maiores Devedores	3.679.181	31,00%	3.270.547	36,00%

g) Movimentações de Créditos Baixados como Prejuízo

Não houve créditos baixados como prejuízo no exercício de 2018.

h) Operações Renegociadas

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de crédito no montante total de R\$ 7.662.720 (sete milhões seiscentos e sessenta e dois mil setecentos e vinte reais), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Avais e Fianças Honrados (a)	5.029	-
Rendas a Receber (b)	6.340	4.097
Centralização Financeira (c)	31.189	-
Cooperativas Descentralizadas (d)	1.087.477	-
Diversos (e)	2.365	750
(-) Provisões para Outros Créditos (f)	(1.509)	-
TOTAL	1.130.891	4.847

- a) Rendas correspondentes de créditos decorrentes de avais, fianças e outras coobrigações honradas.
- b) Rendas não vinculadas a operações de crédito, com conta específica do desdobramento das rendas a receber.
- c) Refere-se a rendimentos da Centralização Financeira junto à Central SICOOB UNI.
- d) Referem-se ao capital a receber de Cooperativa Descentralizada - Sicoob Goiás Central.
- e) Referem-se a pendências a resolver no período seguinte.
- f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Material em Estoque (a)	338	344
Despesas antecipadas (b)	6.178	-
TOTAL	6.516	344

- a) Material em estoque se refere aos cartões provisórios.
- b) Despesas antecipadas referentes à Contribuição ao Fundo de Estabilidade e Liquidez.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Participações em Cooperativas Centrais de Crédito (a)	31.105	1.132.231
Participações Inst. Financ. Controlada Coop. Crédito (b)	251.380	224.418
Outras Participações (c)	1.580	1.580
Outros Investimentos (d)	655	655
TOTAL	284.720	1.358.884

- a) Representado pelo investimento da instituição em ações no valor de R\$ 31.105 (trinta e um mil cento e cinco reais), cotas de capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) em 31.12.2018 da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Sicoob Uni. No ano de 2017 representava as cotas de capital integralizadas no Sicoob Goiás Central que estão contabilizadas como rendas a receber.

- b) Participações nas Instituições Financeiras Controladas pelo BANCOOB – Banco Cooperativo do Brasil S/A no valor de R\$ 251.380 (duzentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta reais);
- c) Outras participações no valor de R\$ 1.580 (um mil quinhentos e oitenta) em ações telefônicas e;
- d) Outros investimentos no valor de R\$ 655 (seiscentos e cinquenta e cinco reais) em obras de arte.

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E ATIVO INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017	TAXA DEPRECIÇÃO
Imobilização em Curso	66.892	115.200	-
Edificações	153.418	-	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso (Edificações)	(8.182)	-	-
Móveis e Equipamentos de Uso	145.754	75.804	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(59.975)	(52.401)	-
Sistema de Comunicação	44.810	4.783	20%
Sistema de Processamento de Dados	91.557	62.361	10%
Sistema de Segurança	69.730	25.060	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(92.877)	(78.484)	-
TOTAL	411.128	152.323	

a) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado.

As imobilizações em curso referente à 2017 foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas. As imobilizações em curso no ano de 2018 serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso.

As edificações se referem às reformas efetuadas em imóveis de terceiros de uso da cooperativa.

b) Intangível

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Ativos Intangíveis	72.932	69.402
(-) Depreciação Acum. Ativo Intangível	(67.105)	(67.047)
TOTAL	5.826	2.355

NOTA 10 – DEPÓSITOS

a) Depósitos à Vista e Depósitos a Prazo

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

DESCRIÇÃO	31.12.2018	Taxa média	31.12.2017	Taxa média
Depósitos à Vista	3.268.215	-	2.209.736	-
Depósitos a Prazo	2.752.838	0,56 a.m%	2.558.315	0,58 a.m%
TOTAL	6.021.053		4.768.051	

b) Concentração dos Maiores Depositantes

DESCRIÇÃO	31.12.2018	%Carteira Total	31.12.2017	%Carteira Total
Maior Depositante	692.210	11,00%	400.743	8,00%
10 Maiores Depositantes	2.651.673	43,00%	1.715.490	36,00%
50 Maiores Depositantes	4.354.074	71%00	2.985.422	62%00

c) Despesas com Operações de Captação de Mercado

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(161.088)	(213.353)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(7.775)	(6.307)
TOTAL	(168.863)	(219.660)

NOTA 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Resumo

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	11.179	12.917
Sociais e Estatutárias	848.660	515.618
Fiscais e Previdenciárias	47.087	52.593
Diversas	368.962	153.188
TOTAL	1.275.888	734.316

11.1 – Sociais e Estatutárias

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Resultado de Atos com Não Associados (a)	137.504	136.996
Cotas de Capital a Pagar (b)	711.156	378.622
TOTAL	848.660	516.618

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados.

11.2 – Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para Impostos e Contribuições s/ Lucro	728	-
Impostos e Contribuições a recolher	46.359	52.593
TOTAL	47.087	52.593

11.3 – Diversas

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	13.253	-
Obrigações por Prest. Serviços de Pagamentos (b)	112.658	53.298
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	86.082	56.704
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (d)	14.072	8.236
Credores Diversos – País (e)	142.897	34.950
Saldo no Final do Período	368.962	153.188

- a) Refere-se à provisão para pagamentos de despesas administrativas a realizar-se no próximo exercício;
- b) Obrigações por prestações de serviços de pagamentos prestados;
- c) Obrigações de pagamentos de salários, provisões de férias.
- d) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 1.050.826,03 (um milhão, cinquenta mil, oitocentos e vinte e seis reais e três centavos) e R\$ 825.603,97 (oitocentos e vinte e cinco mil, seiscentos e três reais e noventa e sete centavos) em 31 de dezembro de 2017, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- e) Os demais credores referem-se, basicamente, às pendências a regularizar no próximo exercício.

NOTA 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O **SICOOB CREDI COMIGO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Cooperativa não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.619.383 (um milhão seiscentos e dezenove mil trezentos e oitenta e três reais), de recursos provenientes das integralizações de quotas-partes mensal e de ingresso, incorporação de sobras do exercício, juros sobre o capital, mais a reserva estatutária do fundo para aumento de capital.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Capital Social	9.576.152	9.081.568
Associados	1.570	1.469

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20% (quinze por cento), utilizada para reparar possíveis perdas e atender o desenvolvimento de suas atividades. No ano de 2017 o percentual era de 15% (quinze por cento).

c) Reservas de Sobras

Reserva de sobras, representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60% (sessenta por cento), utilizada como fundo para aumento de capital.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 15/03/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de 175.627 (cento e setenta e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais).

e) Destinações estatutárias e legais:

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	31.12.2018	31.12.2017
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES JUROS AO CAPITAL	1.536.528	1.630.935
Utilização do FATES (assistência técnica, educacional e social)	164.359	113.344
Resultado com terceiros (ao FATES)	(106.325)	(64.940)
Juros pagos ao Capital Social (Circular Bacen 2.739)	(423.715)	(587.190)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	1.170.847	1.092.150
(-) FATES	(58.542)	(54.607)
(-) Fundo de Reserva	(234.169)	(163.822)
(-) Fundo para Aumento de Capital	(702.508)	(655.290)
SOBRAS LÍQUIDAS	175.627	218.430

NOTA 14 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A Cooperativa pagou juros ao capital, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. Os juros ao capital pagos em 2018 corresponderam ao valor de R\$ 423.715, que foram incorporados ao capital social.

NOTA 15 – RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.857	1.243
Rendas de Empréstimos	3.071.272	2.772.712
Rendas de Financiamentos	6.467	-
Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo	6.280	6.181
Receitas Operações de Crédito	3.085.876	2.780.136

NOTA 16 – DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2018	2017
Despesas de pessoal – benefícios	(129.613)	(96.620)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(177.634)	(163.386)
Despesas de pessoal – proventos	(519.829)	(412.709)
Despesa com honorários – diretoria	(63.580)	(47.040)
Despesa com cédula de presença - conselho fiscal	(13.600)	(14.190)
Despesa com cédula de presença - conselho de adm.	(21.700)	(16.600)
Despesas de pessoal – treinamento	(14.086)	(8.861)
Despesas de Pessoal	(940.042)	(759.406)

NOTA 17 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	793	612
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	3.987	14.018
Rendas juros cartão de crédito	102.100	89.814
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	6.997	7.624
Dividendos	26.963	-
Crédito receita Sipag – faturamento	58	90
Crédito receita Sipag – antecipação	135	35
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	17.119	15.362
Rendas intercâmbio - cartão de débito	22.741	17.625
Distribuição de sobras da central	28.794	3.828
Atualização depósitos judiciais	-	25.144
Outras rendas operacionais	20.251	104.789
Ingressos de depósitos intercooperativos	320.750	413.190
Outras Receitas Operacionais	550.688	692.131

NOTA 18 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2018	2017
Despesas de alugueis	(13.795)	(9.171)
Despesas de comunicações	(47.099)	(46.629)
Despesas de material	(24.089)	(9.915)
Despesa de promoções e relações públicas	(60.168)	(82.157)
Despesas de propaganda e publicidade	(13.766)	(6.742)
Despesas de seguros	(11.398)	-
Despesa de transporte	(40.916)	(22.316)
Outras despesas administrativas	(37.070)	(19.334)
Rateio despesas da Central	(185.106)	(305.059)
Contribuições a OCB	(40.298)	(39.771)
Rateio despesas da Confederação	(34.835)	(29.215)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(262.316)	(236.961)
Despesas de serviços de terceiros	(41.052)	(26.551)
Despesa de processamentos de dados	(130.938)	(124.969)
Despesas de serviços técnicos especializados	(50.956)	(53.621)
Despesas de viagens no país	(28.368)	(39.778)
Despesas de amortização	(59)	(1.356)
Despesas de depreciação	(33.594)	(16.143)
Despesas Administrativas	(1.055.823)	(1.069.688)

NOTA 19 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2018	2017
Despesas de Provisões Passivas	(7.982)	(25.394)
Outras Despesas Operacionais	(38.228)	(35.895)
Descontos concedidos - operações de crédito	(80.218)	(46.110)
Cancelamento - tarifas pendentes	(657)	(395)
Outras Despesas Operacionais	(127.085)	(107.794)

NOTA 20 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.588.381	8,56%	18.164
TOTAL	1.588.381	8,56%	18.164
Montante das Operações Passivas	9.249.939	4,21%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	24.959	1.707	18%
Empréstimo	771.696	20.850	7%
Financiamento	20.572	617	11%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	35.566	1,09%	-
Depósitos a Prazo	52.207	1,9%	0,46%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,09%a.m	1,3% a.m a 2,5% a.m
Financiamentos	1,40%a.m	1,0%a.m a 1,8%a.m
Aplicação Financeira – Pré-Fixada	95% do CDI	95% do CDI

Percentual em Relação à Carteira Geral Movimentação no Exercício de 2018	
Empréstimos e Financiamentos	6,47%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza das Operações de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	593.784

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados as partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios Monetários no Exercício de 2018	
Cédulas de Presença Conselho Fiscal	(13.600)
Cédulas de Presença Conselho de Administração	(21.700)
Honorários da Diretoria Executiva	(63.580)
Encargos Sociais	(6.828)

NOTA 17 – PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Este assunto é tratado no Pronunciamento Técnico do CPC nº 25 e CVM nº 594/2009 e foi normatizado pela Resolução do CFC nº 1.180 de 04 de agosto de 2009 (NBC T 19.7), para aplicação a partir de 01 de janeiro de 2010 (art. 2º), Seção 21 da NBC T 19.41.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDI COMIGO, existem dois processos judiciais, de natureza cível, nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.846,00.

NOTA 18 – COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA COMIGO - SICOOB CREDI COMIGO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDI COMIGO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB UNI perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB UNI:

Saldo das transações com SICOOB UNI	
Investimento	31.105
Centralização Financeira	5.990.573

NOTA 19 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

NOTA - 19.1 – RISCO OPERACIONAL

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

NOTA - 19.2 – RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

NOTA - 19.3 – RISCO DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

NOTA - 19.4 – GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

NOTA - 19.5 – RISCO SOCIOAMBIENTAL

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

NOTA - 19.6 – GESTÃO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

NOTA - 20 – SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rio Verde – GO, 31 de dezembro de 2018.

Clovis Ribeiro Dias

CPF: 430.357.871-15

Diretor-Presidente

Israel Santos de Freitas

CPF: 850.755.071-15

Diretor Operacional

Gildo de Moraes Queiroz

CPF: 493.609.491-91

Diretor Administrativo Financeiro

Jose Batista Ferreira

CPF: 071.390.631-68

Contador CRC-GO 5402

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Comigo - Sicoob Credi Comigo
Rio Verde/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Comigo - Sicoob Credi Comigo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credi Comigo em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício

Examinamos, também, a Demonstração das Reversões e Destinações do Resultado do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Sicoob Credi Comigo e apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Credi Comigo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 19 de fevereiro de 2019.

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

Parecer do Conselho Fiscal

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Comigo – Sicoob Credi Comigo, examinamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações da conta Sobras e Perdas, Demonstração da Reversão e Destinação do resultado do exercício – sobras e perdas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e ainda das Notas Explicativas anexas. O exame a que nos referimos foi realizado mediante

verificação sistemática das operações realizadas durante o referido exercício, por meio de análise de documentos, lançamentos contábeis e ainda conciliações físicas. Com base nos exames e verificações, somos de parecer que as referidas demonstrações representam adequadamente a posição econômica; financeira e patrimonial do Sicoob Credi Comigo, em 31 de dezembro de 2018, bem como o resultado do exercício, pelo que recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária marcada para o dia 15 de março de 2019.

Rio Verde – GO, 19 de março de 2019.

Leandro Pimentel Guimarães
Conselheiro Fiscal Efetivo

Edimilson de Carvalho Alves
Conselheiro Fiscal Efetivo

Vanessa Ribeiro da Silva
Conselheira Fiscal Efetiva

Nossa Agência

Sicoob Credi Comigo

Avenida Presidentes Vargas,
1878 - Rio Verde - GO - CEP: 75901-901
(64) 3611-1615 / (64) 3611-1651



